



**Exmo(a) Senhor(a)
Presidente**

Of.: 95/D.S.P

Assunto: Campanha «Em defesa dos serviços públicos de resíduos»

A gestão pública dos resíduos sólidos é estratégica e é um factor essencial para a preservação e conservação do ambiente, do território, da saúde e da qualidade de vida das populações.

Por estas razões, sempre defendemos que a prestação destes serviços deve assentar num modelo de gestão pública, garantindo o controlo democrático e uma forte responsabilidade social e ambiental.

Entre nós, a organização do sector baseou-se nos últimos anos no estabelecimento de parcerias entre o Estado, via EGF, e um vasto conjunto de municípios, para o tratamento e valorização de resíduos, continuando as autarquias a assegurar a limpeza e recolha de resíduos, em regra, através da prestação directa.

Fruto dessa realidade e do enorme investimento público, nacional e comunitário efectuado nas últimas décadas, o País registou enormes avanços, alcançando a recolha de resíduos uma cobertura de 100% da população portuguesa. No campo das taxas de reciclagem, tratamento e valorização de resíduos, os avanços foram igualmente notórios.

Interrompendo este percurso, o governo decidiu privatizar a Empresa Geral do Fomento (EGF), a sub-holding do grupo Águas de Portugal para o sector dos resíduos, medida que rejeitamos e consideramos altamente lesiva dos interesses do país, dos municípios, das populações e trabalhadores.

A EGF é um grupo rentável, com lucros acumulados nos últimos 3 anos na ordem dos 62 milhões de euros, movimentando anualmente perto de 170 milhões de euros.

Boz

A EGF domina 65% do total nacional de resíduos urbanos, por via das 11 empresas de recolha, tratamento e valorização de resíduos, criadas em conjunto com os municípios – 174 no total, que servem 63% da população e empregam directamente perto de 2000 trabalhadores, movimentando anualmente perto de 170 milhões de euros.

O grupo possui um património avaliado em cerca de 1000 milhões de euros, tecnologia avançada, trabalhadores qualificados. Só em 2012 investiu perto de 45 milhões de euros.

A tudo isto acresce que de acordo com dados divulgados pela imprensa, o governo espera arrecadar com a venda da EGF perto de 200 Milhões. Um montante irrisório face aos 1000 milhões de euros já investidos no sector e que irá direitinho para os bolsos dos credores porque os resultados das privatizações tem de ir obrigatoriamente para o pagamento da dívida.

Nada justifica a privatização, e as consequências serão desastrosas:

- **Para o País e a economia nacional**, que perderá o controlo de um sector estratégico.
- **Para os municípios**, cujo papel ficará significativamente reduzido, além das pressões que advirão no sentido da liquidação dos sistemas intermunicipais.
- **Para a coesão nacional e a gestão de conjunto do sector**, pois a gestão privada tenderá a privilegiar os sistemas mais lucrativos e a desinvestir nos menos rentáveis.
- **Para o ambiente**, abrindo caminho a um recuo dos níveis de qualidade alcançados.
- **Para a actividade económica regional e local**, pois a fatia dos negócios relacionados com a construção, manutenção e gestão dos sistemas acabaria por ser dominada pelas empresas subsidiárias dos grandes grupos de onde extraem uma grande parte dos lucros auferidos.
- **Para as populações**, que serão obrigadas a pagar cada vez mais por piores serviços.
- **Para os trabalhadores**, com o inevitável aumento da pressão para reduzir os custos do trabalho, agravando a exploração e os problemas laborais que já hoje existem no sector, em especial nas empresas privadas, mas também no universo EGF.

Exmo(a) Senhor(a)

É pois com vista a travar este negócio ruinoso, antes que seja tarde, que o STAL decidiu lançar uma campanha nacional em defesa da gestão pública dos resíduos.

Uma campanha que irá privilegiar o contacto com as populações e que inclui uma Petição à Assembleia da República disponível em www.stal.pt, exigindo a manutenção da EGF na esfera pública, a defesa dos serviços municipais, dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da melhoria das condições de trabalho, contribuindo para a valorização social dos trabalhadores deste sector.

Já hoje, esta campanha encontra eco em posições assumidas por numerosos municípios de Norte a Sul do País, que se opõem à venda da EGF, defendendo a assunção por inteiro das suas responsabilidades na gestão dos resíduos, no caso de o governo manter a sua intenção de sair do sector.

É pois nesse sentido que apelamos a V. Exa para que apoie esta campanha e as iniciativas que em torno dela iremos desenvolver e assim sendo, adopte as medidas que considerar mais adequadas para a defesa da gestão pública dos resíduos.

Com os melhores cumprimentos,

À Direcção Nacional do STAL
f. Sauti Borges

Lisboa, 03 de Fevereiro de 2014